

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

Concurso Público

Analista Ambiental

Aplicação: 25/1/2009

**Tema 1: Regulação, Controle, Fiscalização,
Licenciamento e Auditoria Ambiental**

**Subtema 1.2: Regulação, Controle e Fiscalização
Ambiental**

CADERNO E

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno E — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo aplicador, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Cuida do teu bom nome, porque ele te acompanha, é mais do que milhares de tesouros preciosos.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao aplicador mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do aplicador.
- 7 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o aplicador mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **27/1/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **28 e 29/1/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **25/2/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **26 e 27/2/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **20/3/2009** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – IBAMA, de 13/11/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS E COMPLEMENTARES

Texto para os itens de 1 a 20

Reparação duas décadas depois

1 Francisco Alves Mendes Filho ainda não era um mito da luta contra a devastação da Amazônia quando foi preso, em 1981, acusado de subversão e incitamento à luta de classes no Acre, em plena ditadura militar. Chico Mendes se tornaria mundialmente conhecido, dali para a frente, por comandar uma campanha contra a ação de grileiros e latifundiários, responsáveis 4 pela destruição da floresta e pela escravização do caboclo amazônico. Por isso mesmo foi assassinado, em 22 de dezembro de 1988, na porta de casa, em Xapuri. O crime, cometido por uma dupla de fazendeiros, foi punido com uma sentença de 19 anos de cadeia para cada um. Faltava reparar a injustiça cometida pelos militares.

7 E ela veio na quarta-feira 10, no palco do Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco, na forma de uma portaria assinada pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. Antes, porém, realizou-se uma sessão de julgamento da Comissão de Anistia, cujo resultado foi o reconhecimento, por unanimidade, da perseguição política sofrida por Chico Mendes no início dos anos 80 do século 10 passado. A viúva do líder seringueiro, Izalmar Gadelha Mendes, vai receber uma pensão vitalícia de 3 mil reais mensais, além de indenização de 337,8 mil reais.

13 Após assinar a portaria de anistia, Tarso Genro declarou que o assassinato de Chico Mendes está diretamente associado à perseguição sofrida pelo seringueiro durante a ditadura. “O Estado brasileiro não soube compreender o que ele (Mendes) representava naquele momento”, disse o ministro. “O Brasil pede perdão a Chico Mendes”, afirmou, ao assinar o documento. Acompanhada de dois filhos, Izalmar Mendes mostrou-se satisfeita com o resultado do julgamento. “Era a hora de limpar o nome 16 do meu marido. Mais importante do que a indenização foi o pedido de desculpas feito pelo Estado”, disse a viúva.

19 O caso de Chico Mendes foi relatado pela conselheira Sueli Bellato. Emocionada, ela disse ter lido muito sobre o seringueiro morto para, então, encadear os argumentos que a fizeram acatar o pedido de reconhecimento e indenização interposto por Izalmar Mendes. Chico Mendes foi vereador em Xapuri, onde nasceu, e se firmou como crítico de projetos governamentais de graves consequências ambientais, como a construção de estradas na região amazônica.

22 No relatório, aprovado por unanimidade, a conselheira contou detalhes da vida de Chico Mendes, da infância pobre nos seringais ao dia em que foi assassinado. Segundo Sueli Bellato, a atuação de Mendes contra grileiros e latifundiários rendeu, durante a ditadura, um arquivo de 71 páginas redigidas por agentes do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI). Foi por participar de um ato público, em 1980, que Chico Mendes passou a ser fichado e perseguido pelos militares. Em Rio Branco, o 25 seringueiro fez um discurso exaltado contra a violência no campo provocada pelos fazendeiros.

28 Na época, Chico Mendes foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, acusado de “atentado contra a paz, a prosperidade e a harmonia entre as classes sociais”. Preso em diversas ocasiões, só foi definitivamente absolvido em 1.º de março de 1984, quatro anos depois, portanto, de iniciadas as perseguições. De acordo com a conselheira Sueli Bellato, embora o relatório não tenha se aprofundado na questão, foi possível constatar que Chico Mendes também foi torturado enquanto estava sob custódia de policiais federais.

Leandro Fortes. Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

A partir da leitura do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, é correto afirmar que a família de Chico Mendes será indenizada porque o seringueiro não sofreu perseguição política.
- 2 Conforme se depreende do texto, o ministro da Justiça não constata nenhuma relação entre a perseguição política sofrida por Chico Mendes durante a ditadura e o seu assassinato por fazendeiros em 1988.
- 3 A indenização à família de Chico Mendes foi aprovada em votação cujo resultado não evidenciou discordâncias entre os membros da Comissão de Anistia.
- 4 Segundo o texto, a relatora construiu seu parecer citando fatos ocorridos unicamente no período em que Chico Mendes foi perseguido pela ditadura militar.
- 5 O enquadramento de Chico Mendes na Lei de Segurança Nacional, citado pelo texto, evidencia a preocupação do governo militar com a militância política do líder dos seringueiros.

Considerando aspectos linguísticos do texto **Reparação duas décadas depois**, julgue os itens a seguir.

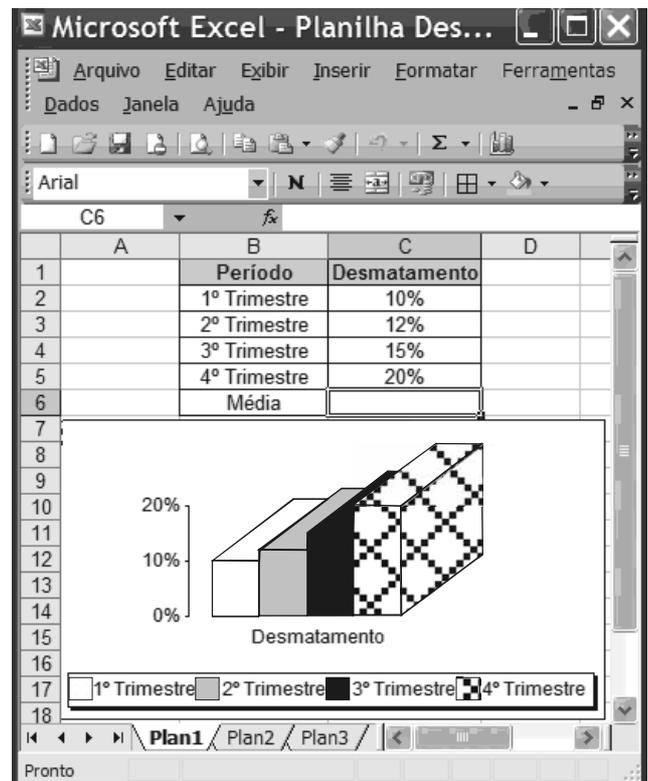
- 6 O verbo “participar” (l.24) está empregado, no período, como termo substantivo.
- 7 Os termos “portanto” (l.28) e “enquanto” (l.29), estabelecem idênticas relações de sentido.
- 8 O texto caracteriza-se como essencialmente informativo.
- 9 O emprego do sinal indicativo de crase em “à luta de classes” (l.2) justifica-se pela regência dos termos “subversão” e “incitamento” e pelo gênero do substantivo “classe”.
- 10 O emprego da vírgula após “latifundiários” (l.3) justifica-se por isolar o termo explicativo.
- 11 As palavras “amazônico” e “viúva” acentuam-se de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 12 No segmento “Faltava reparar a injustiça cometida pelos militares” (l.6) o complemento do verbo “reparar” poderia estar precedido da preposição **em**, com a devida contração com o artigo “a”, sem prejuízo para o sentido e a correção gramatical do texto.
- 13 No período que se inicia na linha 8, o sujeito da oração principal está posposto ao verbo.
- 14 O termo “onde” (l.19) introduz oração adjetiva de sentido explicativo.

Ainda com base no texto de Leandro Fortes e considerando aspectos textuais e gramaticais, julgue os próximos itens.

- 15 Na linha 8, o vocábulo “cujo” estabelece relação sintático-semântica entre os termos “resultado” e “Comissão de Anistia”.
- 16 O termo “o documento” (l.14) refere-se a “portaria de anistia” (l.12).
- 17 A expressão “Na época”, no início do último parágrafo do texto, refere-se ao período em que Chico Mendes foi perseguido pela ditadura militar.
- 18 Pelas opiniões apresentadas no texto, verifica-se que o ministro da Justiça e a conselheira possuem posições opostas no que se refere à atuação política de Chico Mendes.
- 19 Estaria de acordo com o que estabelece a prescrição gramatical para textos escritos no nível formal da linguagem, tais como documentos oficiais, a substituição da expressão “dali para a frente” (l.3) por **dali pra frente**.
- 20 A conjunção “E” (l.7), por ter, no período, valor adversativo, pode ser substituída pela conjunção **Mas**, sem prejuízo para as informações do texto.

Julgue os itens a seguir acerca de conceitos de informática.

- 21 O Internet Explorer apresenta ferramenta que permite criar uma nova mensagem como um cliente Microsoft Office Outlook, desde que este esteja configurado como cliente padrão.
- 22 *Software* livre é o mesmo que *software* aberto, e o seu objetivo é popularizar o uso do computador promovendo a inclusão digital.
- 23 Provedores de *e-mails* na Internet criam, no momento do cadastro, sítios postais para os usuários, que são capazes de armazenar mensagens recebidas com limite de tamanho diversificado.
- 24 Existem sítios na Internet que disponibilizam a opção para entrar na *intranet* mediante a exigência de usuário e senha previamente cadastrados.



Com base na figura acima, que contém uma planilha em edição no Excel 2003, julgue os itens de 25 a 30.

- 25 A formatação dos valores da coluna “Desmatamento” como percentual foi obtida selecionando a referida coluna e clicando a ferramenta .
- 26 Para criar uma cópia de segurança da planilha, também conhecida como *backup*, é suficiente clicar a ferramenta .
- 27 Considerando-se que o tamanho do arquivo seja igual a 1 MB, ele poderá ser enviado tanto para o disquete quanto para um *pen drive* com capacidade de 1 GB.

28 Para calcular a média aritmética do desmatamento nos 4 trimestres é suficiente digitar a fórmula =Média(B2:B5) e pressionar a tecla .

29 O gráfico é do tipo personalizado, disponível na ferramenta , denominada assistente de gráfico.

30 Para copiar o gráfico e a planilha, ao mesmo tempo, para o Word 2003, é suficiente selecionar os números de linhas de 1 a 20, clicar a opção Copiar do menu , abrir o documento do Word e clicar a ferramenta .

Julgue os itens subsequentes acerca da política nacional do meio ambiente (PNMA).

31 Segundo a lei de PNMA, o IBAMA terá competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos poluidores sempre que as atividades e obras a serem realizadas gerarem significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional.

32 O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é constituído por órgãos e entidades da União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, e sua composição conta com um órgão superior, que é o conselho de governo; um órgão consultivo e deliberativo, que é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); bem como com um órgão central, um órgão executor, órgãos seccionais e locais.

Paulo, proprietário rural, decidiu instituir uma servidão ambiental em sua propriedade, por 10 anos. Procurou o órgão ambiental competente, que deu anuência à instituição da servidão. Com cinco anos do início da servidão, Paulo precisou vender o imóvel rural e encontrou um comprador, que exigiu a modificação da destinação da área, pois pretendia explorar a cultura de soja na fazenda.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

33 A servidão ambiental instituída por Paulo será averbada na matrícula do imóvel, no cartório de registro de imóveis competente, para que, na venda da propriedade ao comprador, se verifique a existência da servidão e se altere a destinação da área.

34 A servidão ambiental instituída por Paulo se estende a toda a área de sua propriedade, incluídas as de preservação permanente e de reserva legal, se houver.

Marcos, analista ambiental do IBAMA, lotado em Brasília, precisou afastar-se de seu local de trabalho para colaborar em uma grande operação de fiscalização no estado do Pará, por 10 dias. O IBAMA custeou os gastos de hotelaria, alimentação e locomoção urbana de Marcos. Com o início dos trabalhos, percebeu-se que a equipe conseguiria terminar as tarefas antes e, de fato, no quinto dia, Marcos retornou a Brasília.

Considerando essa situação hipotética e o que estabelece a Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens que se seguem no que se refere a diárias.

35 Como Marcos retornou a sua sede em prazo inferior ao inicialmente previsto, deve restituir as diárias recebidas em excesso, no prazo de 5 dias.

36 Marcos tem direito a receber as passagens de ida e volta e uma diária por dia de trabalho.

Maria, servidora do IBAMA, recebeu a notícia de que sua mãe estava com câncer e que precisaria se submeter a tratamento radioterápico em cidade diversa da residência atual de ambas. Como era filha única, afastou-se das suas atividades no IBAMA para acompanhar a mãe no tratamento, requerendo licença por motivo de doença em pessoa da família. Em razão dos gastos com esse tratamento, que eram excessivos, Maria decidiu se dedicar a alguma atividade que pudesse aumentar a renda familiar. Passou então, a realizar trabalhos de consultoria em sua área de formação durante o período de licença.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes acerca da licença por motivo de doença em pessoa da família, segundo a Lei n.º 8.112/1990.

37 É legítimo o exercício da atividade de consultoria por Maria, já que se destina ao custeio do tratamento em razão do qual está licenciada.

38 A licença de Maria será precedida do exame de sua mãe por médico ou junta médica oficial e, constatado o câncer nesta, serão desnecessários novos exames a cada pedido de prorrogação da licença, se houver.

Julgue os itens de **39** a **42**, em conformidade com as normas previstas na Lei n.º 8.666/1993, que trata de licitações e contratos.

39 O autor do projeto básico ou executivo da obra, serviço ou fornecimento de bens que estejam sendo alvo de licitação não pode dela participar na fase licitatória, mas pode atuar na fase da execução do contrato, como consultor ou técnico, em funções específicas e exclusivamente a serviço da administração pública.

40 O processamento das compras por meio de sistema de registro de preços deve ser realizado sempre que se mostre possível. O sistema de registro de preços demanda prévia e ampla pesquisa de mercado, publicação trimestral dos preços registrados por meio da imprensa oficial e permite que qualquer cidadão impugne preço constante do quadro geral, caso verifique a incompatibilidade desse preço com o vigente no mercado.

- 41** No caso da adoção da modalidade convite para a realização de uma licitação, e não havendo demonstração de interesse em apresentação de propostas por parte dos licitantes convidados, não pode ser realizada a contratação direta pela administração, sem antes realizar nova licitação.
- 42** A contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional pode ser feita mediante inexigibilidade de licitação, desde que a instituição possua inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

Julgue os próximos itens acerca do processo administrativo no âmbito da administração pública federal, conforme regras estabelecidas pela Lei n.º 9.784/1999.

- 43** O direito do administrado de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que figure na qualidade de interessado e de neles atuar peticionando, juntando documentos, fazendo requerimentos e recursos, não ilide o fato de que a administração deve, por si mesma, dar impulso, de ofício, ao processo administrativo.
- 44** A elaboração de modelos ou formulários padronizados que atinjam pretensões equivalentes no tratamento de um mesmo assunto no âmbito da administração pública é medida burocratizante, que deve ser evitada, porque, com isso, desconsidera-se a peculiaridade de cada situação.
- 45** A delegação de competência em razão de circunstâncias de índole técnica apenas pode ocorrer dentro do próprio órgão administrativo, sendo incabível delegação para este fim mediante transferência de competência a outros órgãos ou titulares, que não estejam na mesma linha de hierarquia e subordinação.
- 46** Os processos administrativos devem ser guiados por critérios que observem as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, adotadas de formas simples e desburocratizadas, suficientes para garantir grau de certeza, segurança e respeito a esses direitos.

Julgue os itens a seguir acerca do direito administrativo.

- 47** A administração pública pode exercer o seu poder de polícia por meio de atos administrativos gerais, de caráter normativo, ou por meio de atos concretos, como o de sancionamento.
- 48** O poder de polícia é delegável a particulares e a outros órgãos e entidades públicas, apesar de decorrer da imperatividade do poder estatal e da própria força de coerção sobre os administrados.
- 49** Os atos praticados com esteio no poder de polícia administrativa possuem os atributos da presunção de legitimidade, autoexecutoriedade e imperatividade.
- 50** A atividade de fiscalização ambiental é típico ato administrativo que expressa o poder de polícia, pois diz respeito à restrição, à limitação, ao condicionamento e à ordenação de atividades desempenhadas por particulares.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os seguintes itens a respeito da lei de crimes ambientais.

- 51** Tanto as pessoas físicas como as jurídicas podem ser administrativa, civil e penalmente responsabilizadas por um único fato que configure crime, ilícito civil e administrativo ao mesmo tempo.
- 52** Quando a pessoa jurídica for responsabilizada por crime nos termos da lei de crimes ambientais, ficarão excluídas dessa responsabilidade as pessoas físicas que dirigem ou administram a pessoa jurídica.
- 53** A desconsideração da pessoa jurídica com a finalidade de atingir o patrimônio de pessoa física responsável pelo ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente pode ocorrer sempre que a personalidade da pessoa jurídica estiver sendo um obstáculo ao ressarcimento do dano.

Ainda acerca dos crimes ambientais, julgue os itens seguintes.

- 54** Àqueles que forem condenados ao cumprimento de pena de interdição temporária de direito pode ser imposta, entre outras, a proibição de participar de licitações. Nesse caso, o prazo pelo qual pode perdurar a proibição é de 5 anos para crimes dolosos e culposos.
- 55** Àqueles que forem condenados à pena de prestação de serviços à comunidade pode ser determinado o cumprimento de tarefas gratuitas junto a unidades de conservação e, quando o crime cometido tiver causado dano a coisa tombada, pode ser determinada ao condenado a restauração do bem, se possível.

Mauro, servidor do IBAMA, em ato de fiscalização no estado do Mato Grosso, encontrou um caminhão com 3 homens que aparentavam estar voltando de uma caçada ou de uma pesca. Mauro encontrou, no caminhão, duas motosserras, dois jacarés-açus ainda vivos, 5 toras de madeira de lei e 3 colares feitos com unhas de onça. Verificando que os homens não portavam qualquer autorização para transportar os objetos e os animais citados, Mauro realizou a autuação.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens de **56 a 60**, relativos ao procedimento do servidor do IBAMA e ao destino a ser dado a cada um dos elementos encontrados no referido caminhão.

- 56** A madeira será avaliada e doada a instituições científicas, hospitalares, penais ou com finalidade beneficente.

- 57** Os colares serão entregues a comunidades indígenas para venda ou utilização em rituais.
- 58** As motosserras serão vendidas, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.
- 59** Como medida inicial todos os instrumentos, produtos e animais serão apreendidos, mediante lavratura de auto de infração.
- 60** Os jacarés serão, obrigatoriamente, entregues a jardins zoológicos ou fundações assemelhadas, onde ficarão sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

Julgue os itens subsequentes acerca das infrações administrativas ambientais.

- 61** Qualquer pessoa do povo pode expor queixa a autoridade responsável pela fiscalização ambiental quando constatar a ocorrência de infração ambiental, e a autoridade, a partir do conhecimento dos fatos, é obrigada a promover a apuração imediata da infração, sob pena de responsabilidade.
- 62** Os autos de infração ambiental serão lavrados por servidores de órgãos integrantes do SISNAMA que tenham sido designados para as atividades de fiscalização, aos quais também cabe a instauração de processo administrativo por infração ambiental. Podem, ainda, realizar as mesmas medidas os agentes das Capitânicas dos Portos, do Ministério da Marinha.

O processo administrativo para apuração de infração ambiental se submete a prazos fixados em lei. Julgue os itens a seguir, que tratam dos prazos de que o órgão ambiental dispõe para as diferentes fases do processo administrativo.

- 63** Com ou sem apresentação de defesa ou impugnação por parte do infrator, a autoridade julgadora tem prazo de 30 dias para julgar o auto de infração, e tal prazo é contado a partir da data da lavratura desse auto.
- 64** Para o infrator recorrer de decisão condenatória a instância superior do SISNAMA, o prazo é de 15 dias.
- 65** O prazo para o pagamento de multa fixada é de 5 dias, contados da data do recebimento da notificação.
- 66** A partir da data da ciência da autuação, o infrator tem 20 dias para oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração.

Fátima construiu, sem autorização do órgão licenciador competente, uma casa dentro de um parque nacional e lá cultivou milho para dar ao gado que criava em um pequeno curral ao lado de sua residência, para geração de renda, mediante a venda de leite e carne. Fátima, embora fosse analfabeta, tinha ciência de que a área era gerenciada e protegidas por órgão ambiental.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 67** A área em que Fátima exerce a atividade é uma unidade de conservação, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o que levará, no caso concreto, à aplicação de uma agravante prevista na lei de crimes ambientais.
- 68** O baixo grau de escolaridade e instrução de Fátima não influenciará a pena que a ela for aplicada pelo delito cometido.

Acerca das perícias e dos laudos realizados para a constatação de dano ambiental, julgue os itens seguintes.

- 69** Na perícia se deve, sempre que for possível, fixar o montante do prejuízo causado ao meio ambiente, e tal valor servirá de parâmetro para a reparação do dano, mas não se relacionará com a fixação do valor da fiança eventualmente cabível.
- 70** Quando o dano ambiental cometido configurar crime e ilícito civil, devem ser realizadas duas perícias independentes: uma que produzirá prova dentro da ação penal instaurada contra o criminoso e outra que será utilizada na ação cível, pois a perícia produzida no juízo cível não pode ser utilizada no processo penal.
- 71** O crime de elaboração de laudo ambiental total ou parcialmente enganoso só ocorre na modalidade dolosa, ou seja, mediante a livre e consciente vontade de praticar a conduta criminosa.

Josué, biólogo, pesquisador autônomo, mas com vínculo empregatício junto a um laboratório de engenharia genética particular, sentiu a necessidade de obter, em razão das pesquisas que vinha desenvolvendo com células-tronco embrionárias humanas congeladas há um ano, autorização para desenvolver projeto com esses organismos. Procurou, então, o IBAMA para obter a autorização.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens de **72** a **75**, que se referem ao tratamento legal dispensado aos organismos geneticamente modificados, de acordo com a Lei n.º 11.105/2005.

- 72** A atividade desenvolvida por Josué necessita de autorização da CTNBio e não do IBAMA.

- 73** As células-tronco embrionárias que Josué detém podem ser utilizadas por ele, pois embora não estivessem congeladas na época da publicação da lei que rege a matéria, foram congeladas após a data da publicação dela, o que também configura uma hipótese em que se permite a pesquisa.
- 74** Em casos de pesquisas com células-tronco embrionárias humanas é indispensável a autorização dos genitores do embrião para a realização das atividades.
- 75** Josué, como pesquisador autônomo que detém vínculo empregatício com pessoa jurídica, ou seja, com o laboratório de engenharia genética, está legitimado a requerer e obter a autorização necessária.

Julgue os itens subsequentes acerca da salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da administração pública federal.

- 76** Quando dados ou informações sigilosos de guarda permanente forem desclassificados, devem ser encaminhados à instituição arquivística pública ou ao arquivo permanente do órgão público, entidade pública ou instituição de caráter público para que sejam organizados, preservados e submetidos a acesso.
- 77** Quando, em um mesmo documento, cada parágrafo merecer uma diferente classificação segundo o grau de sigilo, ao documento, no seu todo, deve ser atribuído o grau de sigilo mais elevado entre aqueles que forem conferidos às suas partes. O mesmo deve acontecer quando, em um grupo de documentos, cada um deles obtiver uma classificação diferente.
- 78** A classificação de documentos nos graus ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado é de competência fixada em lei. Assim, nem todos os servidores públicos podem, por exemplo, classificar um documento no grau ultra-secreto. Aos servidores civis e militares, em geral, permite-se a classificação de documentos no grau reservado, mas não no grau confidencial.
- 79** Quando expedidos os referidos documentos sigilosos, estes devem ser acondicionados em envelopes duplos. No envelope externo, não deve constar qualquer indicação do grau de sigilo do documento; apenas no envelope interno pode ser aposta essa informação.
- 80** Não só as razões ligadas à segurança da sociedade e dos interesses estatais, como também a necessidade de resguardar a inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, justificam o atributo do sigilo dos documentos públicos.

Texto para os itens de 81 a 92

“A Amazônia é um duplo patrimônio: as terras propriamente ditas e o imenso capital natural”, diz a geógrafa Bertha Becker, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Até bem pouco tempo atrás, o Estado não se fazia presente na Amazônia”, diz o coronel Paullo Esteves, do Sistema de Vigilância da Amazônia, o SIVAM. “O espaço aéreo não era controlado e assistíamos diariamente à violação das fronteiras, à extração ilegal de madeira, à contaminação dos rios por mercúrio usado no garimpo, ao narcotráfico, entre outros problemas.”

Internet: <www.super.abril.com.br> (com adaptações).

Tendo como referência o texto acima e com base nas políticas públicas definidas para a Amazônia, julgue os itens a seguir.

- 81** A presença do Estado na região amazônica pode, por exemplo, ocorrer a partir da identificação da origem do suprimento de energia das guseiras.
- 82** A presença do Estado na Amazônia pode ser mais efetiva a partir de uma melhor instrumentalização, que, apoiada na cartografia digital e no sensoriamento remoto, integre os sistemas de monitoramento de desmatamento e a aprovação de planos de manejo florestal.
- 83** A exploração madeireira com manejo caracteriza-se pela derrubada, de uma só vez, de árvores a partir de 10 cm de diâmetro e pela constituição de múltiplas trilhas de arrasto de toras, que dispensam planejamento.
- 84** Do ponto de vista geopolítico, a Amazônia deve ser pensada em escala sul-americana, sendo fundamental a formulação de estratégias de desenvolvimento conjuntas entre os países da região.
- 85** O Brasil, apesar de deter 63,7% da área total da Amazônia, deve reconhecer e levar em consideração sua posição de fragilidade em alguns aspectos frente aos demais países da região amazônica.

Ainda considerando as informações do texto, julgue os itens de **86 a 92**, que tratam da contaminação dos rios por mercúrio e das atividades de garimpo.

- 86** Sistemas de monitoramento por imagens de satélite LANDSAT, como os realizados pelo PRODES, são incapazes de detectar quaisquer atividades de garimpo, visto que a exploração do ouro é feita individualmente com uso de bateias.

- 87** Uma das formas de verificação do nível de contaminação de seres humanos por mercúrio é a realização de exame de dosagem do metal no cabelo.
- 88** Embora próximas às regiões de garimpo, as populações ribeirinhas tradicionais são o grupamento humano com menor exposição ao risco de contaminação por mercúrio na Amazônia.
- 89** O estudo da contaminação por mercúrio na Amazônia deve ser conduzido a partir da coleta de amostras retiradas das lâminas de água dos rios adjacentes às áreas de ocorrência de garimpo, sendo pouco recomendáveis os estudos dos sedimentos.
- 90** Deve ser incentivada a utilização de cadinho (um tipo de destilador) quando da queima do amálgama de mercúrio para extração do ouro.
- 91** A presença de mercúrio nos rios deve-se unicamente às atividades de garimpo.
- 92** Por meio da metilação do mercúrio, consegue-se imobilizá-lo no ambiente físico e evitar que a contaminação se propague ao longo da cadeia trófica.

As rodovias causam grandes impactos sociais e ambientais na Amazônia e podem dificultar tentativas de controlar o desmatamento. A mais polêmica é a BR-319, que liga Manaus, no Amazonas, a Porto Velho, em Rondônia. Essa rodovia está abandonada há mais de 20 anos e a obra de pavimentação representa, na prática, uma reabertura da estrada, gerando a ampliação dos focos de desmatamento.

Internet: <www.amazonia.org.br> (com adaptações).

Com referência ao texto acima e com relação à análise do licenciamento da referida rodovia, julgue os itens de **93 a 99**.

- 93** Um estudo preditivo da evolução demográfica na região deve incluir a relação de dependência e a conexão lógica entre a rodovia, as usinas hidrelétricas do rio Madeira e a cidade de Manaus.
- 94** O argumento a favor da pavimentação da rodovia, baseado na necessidade de escoamento da produção de Rondônia, é incontestável dada a falta de alternativas de modalidade de transporte na região.
- 95** No cenário de ampliação do desmatamento, citado no texto, o tipo de solo da região deve contribuir para o surgimento de amplas áreas degradadas.

- 96** A análise do projeto de pavimentação da estrada deve excluir qualquer referência ao “arco do desmatamento”, dado que este se situa em direção oposta, no estado do Pará.
- 97** O estudo de impacto ambiental do licenciamento da mencionada obra deve conter análise sobre o possível impacto da pavimentação da rodovia sobre populações extrativistas.
- 98** A criação formal de unidade de conservação da natureza por si assegura a contenção do desmatamento ao longo da rodovia.
- 99** O conceito de mosaico de unidades de conservação da natureza e sua implantação na área de influência do empreendimento são aplicáveis ao contexto apresentado.

O complexo recifal do banco de Abrolhos é o maior e mais rico sistema coralíneo do Atlântico Sul. A plataforma continental, na região, alcança 200 km à frente de Caravelas e tem profundidades inferiores a 30 m. Em janeiro de 2002, foi iniciado um projeto de dragagem do delta de maré vazante defronte ao canal do Tomba, para a construção de uma via de acesso ao terminal de barcas de uma empresa de celulose.

Internet: <www.ocecept.googlepages.com> (com adaptações).

A partir das informações do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 100** A plataforma continental é a região geográfica constituída de uma faixa contínua e de largura constante limitada pela distância de 12 milhas marítimas da linha da costa, independentemente da profundidade ou da morfologia do terreno.
- 101** A região do banco de Abrolhos mencionada no texto pode ser corretamente classificada, no processo de zoneamento marinho, como zona de uso intensivo.
- 102** A região de Abrolhos apresenta depósitos sedimentares.
- 103** É cabível a imposição, pelo órgão ambiental competente, de realização de programa de monitoramento da circulação de água e da concentração de sedimentos em suspensão.
- 104** Mudanças na frequência dos ventos de determinada direção e sentido podem produzir aumento de turbidez na água.
- 105** Na região, a plataforma continental, em toda a sua extensão, é objeto de atenção e alcance da Convenção de Ramsar.

Considere uma área de estudo formada pelas seguintes classes de cobertura de terras: reservatório com água límpida; queimada recente; solo esbranquiçado e seco; mata de galeria e área urbana. Com relação ao imageamento dessa área com diferentes sistemas sensores, julgue os itens subsequentes.

- 106** Em imageamento feito pelo satélite CBERS-2 CCD, os valores digitais referentes ao reservatório são sempre nulos, pois a água absorve toda a radiação solar incidente.
- 107** Em imageamento feito por um sistema de radar, o efeito conhecido como reflexão de canto é mais acentuado na mata de galeria.
- 108** Em imageamento feito por um sensor termal às 14 h, os tons de cinza mais claros correspondem à área urbana.
- 109** Em imageamento feito por um sensor óptico, áreas de queimada e de solo exposto se confundem em razão do tom cinza-claro que ambas as áreas apresentam.
- 110** Em uma composição colorida RGB/453 do LANDSAT ETM+ (associação das cores vermelha, verde e azul às bandas 4, 5 e 3, respectivamente), a mata de galeria aparece com coloração avermelhada.

| A | B | C | D | E | F |
|--------------|------|--------------|-----------|-------------|----------|
| ALOS PALSAR | GOES | CBERS-2 CCD | IKONOS | JERS-1 SAR | AVIRIS |
| ENVISAT ASAR | NOAA | SPOT HRV | QUICKBIRD | TERRA MODIS | HYPERION |
| RADAR SAT | | LANDSAT ETM+ | | RAPID EYE | |

Na tabela acima, são apresentadas classes de sistemas sensores agrupadas segundo características de imageamento específicas. De acordo com essas características, julgue os itens que se seguem.

- 111** Os sensores listados na coluna A operam com uma banda espectral.
- 112** Os sensores listados na coluna B são conhecidos como satélites meteorológicos.
- 113** Os sensores agrupados na coluna C denominam-se multiespectrais.
- 114** Os satélites citados na coluna D são conhecidos por sua alta resolução temporal (1-2 dias).
- 115** Os sensores agrupados na coluna F são conhecidos como sensores hiperespectrais.

Os problemas ambientais que podem ser monitorados por meio de dados de sensoriamento remoto incluem detecção de manchas de petróleo no mar, incêndios florestais e contaminação de água superficial, voçorocas e efluentes industriais em rios. Com relação a esse tipo de monitoramento, julgue os próximos itens.

- 116** A faixa espectral mais apropriada para a identificação de incêndios florestais é a de 8-14 μm .
- 117** O mercúrio despejado nos rios pelos garimpeiros pode ser detectado em imagens de alta resolução espacial, principalmente em fotografias aéreas.
- 118** Efluentes industriais despejados em rios são mais facilmente identificados, em imagens noturnas, na faixa do infravermelho termal do que na faixa de micro-ondas.
- 119** Imagens de radar, em comparação com as imagens ópticas, possibilitam melhor identificação das manchas de petróleo no mar.
- 120** Áreas com voçorocas podem ser realçadas em imagens do LANDSAT ETM+ por meio da técnica conhecida como índice de vegetação.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **10** pontos, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A ALOCAÇÃO NEGOCIADA DA ÁGUA NO CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Em seu texto aborde, necessariamente, os seguintes aspectos relacionados à alocação negociada:

- ▶ conceito e objetivos;
- ▶ relação com a política nacional de recursos hídricos;
- ▶ forma de execução (descrição das etapas do ciclo da alocação);
- ▶ participação do poder público na alocação pactuada.

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos